

# Política em mesa-redonda no Seminário

O Seminário Brasília Anos 80 prossegue hoje - foi aberto ontem às 9 horas pelo Governador Lamaison - com a apresentação e debate de dois temas. Às 20 horas, os jornalistas Carlos Castello Branco, Sebastião Nery e Ruy Lopes, em mesa redonda, falarão sobre o tema "Brasília, uma Visão Política"; de manhã, às 9 horas, Alvaro Pessoa e José Geraldo Maciel exporão o tema "Brasília, uma Visão Urbanística".

Ontem, os arquitetos Edson Grossi de Andrade, superintendente da Novacap, e José Galbinsky, chefe do Departamento de Urbanismo da UnB, falaram sobre o tema "Brasília, uma Visão Arquitetônica". A palestra de Oscar Niemeyer, também prevista para ontem, não foi realizada e o reitor da UnB, José Carlos de Azevedo explicou: "Ele nos trouxe uma sugestão; em vez de aqui comparecer, nesta cerimônia, prefere receber os dados decorrentes deste encontro e ainda neste mês (provavelmente dia 20) virá a Brasília discutir e analisar tudo o que aqui foi debatido e trará sua valiosa colaboração sobre a visão arquitetônica de Brasília". (Pág. 13)



Na abertura do Seminário, Edson Grossi, da Novacap, Lindberg Cury, da ACDF, Governador Lamaison, Reitor J. Carlos Azevedo e jornalista Edilson Cid Varela

BRASÍLIA, ANOS 80



O Secretário de Serviços Públicos, José Geraldo Maciel, o Secretário de Finanças, Fernando Tupinambá Valente, e o conferencista Alvaro Pessoa

## Advogado vê no DF disfunções institucionais

Dando continuidade ao Seminário Brasília Anos 80, uma promoção do Correio Brasileiro, Governo do Distrito Federal e Universidade de Brasília, falarão ontem, pela manhã o Secretário de Serviços Públicos, José Geraldo Maciel, e o bacharel em Direito e assessor do Ministro Hélio Beltrão, Alvaro Pessoa. O tema, "Brasília, Uma Visão Urbanística", teve como presidente da mesa o Secretário de Finanças, Fernando Tupinambá Valente. Em sua palestra, Alvaro Pessoa falou das disfunções no planejamento de Brasília e sobre a propriedade de terras.

Alvaro Pessoa, bacharel em Direito e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, dividiu sua palestra em três partes: na primeira, abordou as consequências da "redução do espaço de debate decorrente do estreitamento do pacto político para o planejamento urbano; na segunda parte, utilizou o caso de Brasília para demonstrar as deficiências do planejamento urbano no Brasil e; na terceira, apontou em que medida o direito urbano teria uma contribuição a dar na melhoria deste planejamento. Alvaro Pessoa disse que presunha ser do conhecimento geral que "estavamos vivendo uma madrugada de uma tentativa democrática, após dez anos de um regime autoritário, onde a Praça dos Três Poderes, coroando com a Esplanada dos Ministérios, pouco mais significou do que estruturas físico-espaciais envolvidas por um só poder". Segundo Alvaro Pessoa, esta situação gerou subprodutos, destacando-se o bloqueio dos mecanismos de participação e representação política, desvirtuamento federativo, que transformou efetivamente a estrutura institucional em regime unitário, esmagando Estados e Municípios e levou a centralização das decisões a nível anteriormente nunca atingidos na história republicana.

Neste trecho de sua palestra, Alvaro Pessoa falou de dados dos arquitetos Arnaldo Brandão e Suely Gonzales, onde são apontadas as disfunções no planejamento de Brasília. Ele apontou: o deslocamento da população de renda média e baixa

para as áreas periféricas distantes, a formação de favelas próximas ao Plano Piloto ou mesmo no seu interior e a abertura de novos loteamentos para fins residenciais, próximos ao Distrito Federal, avançando sobre as áreas agrícolas disponíveis nos municípios vizinhos. "Embora eu não seja um especialista em Brasília, nem na região polarizada pela cidade, parece fácil reconhecer que a ineficiência do planejamento territorial no Brasil é de tal magnitude, que, mesmo quando o Poder Público é titular da propriedade do solo, isto é, quando todos os fatores de produção lhe estão alocados, ainda aí, o processo se descontrola. Ora, se mesmo quando o Poder Público é detentor de todos os fatores de produção e ainda não consegue níveis razoáveis de eficiência, então é tempo de parar e reordenar o pensamento."

Em sua palestra, Alvaro Pessoa disse que precisavamos redefinir nosso direito de propriedade e compreender a importância do solo urbano para o projeto nacional. "Ou o uso do solo, ou do espaço da cidade, gera sempre uma infinidade de conflitos. Estes conflitos se resolvem pelas regras do jogo capitalista, com base no direito de propriedade, que assegura a um indivíduo o direito de excluir todos os outros e destiná-la ao fim que lhe parecer melhor. O fundamento econômico ou filosófico que legitima esta exclusividade sobre o ar que respiramos ou a água que bebemos, embora admita exclusividade sobre o solo urbano que utilizamos".

Ao término de sua palestra, Alvaro Pessoa disse que Brasília, excluído o Plano Piloto, vem revelando as mesmas distorções das demais cidades brasileiras, "o que mostra uma imperfeição de natureza institucional ou, pelo menos, uma inadequada manipulação dos controles da cidade". Na qualidade de advogado, com que me apresentei, meu diagnóstico é de que estamos tendo um problema de natureza institucional, decorrente de excesso de técnica e pouca confiança nas soluções da lei do direito e da política".